

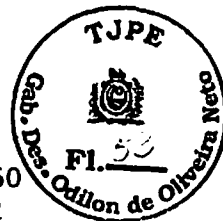


PODER JUDICIÁRIO

**GABINETE DO DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO**

Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260

Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512



**SEÇÃO CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL: N.º**

0001874-84.2014.8.17.0000 (0327799-2)

**COMARCA DE ORIGEM: 2ª VARA DE ENTORPECENTES DA CAPITAL**

**IMPETRANTE/PACIENTE: JAIDETE BISPO DA SILVA**

**PROCURADORA: DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA**

**RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**

**EMENTA: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. DESCABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA RECONHECIDA NA SENTENÇA. ERRO MATERIAL. CABIMENTO. RETIFICAÇÃO DA PENA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.**

1. *Habeas corpus* substitutivo de revisão criminal que pretende aplicação da causa de diminuição de pena em sua fração máxima (2/3).
2. Descabimento do *habeas corpus* como substitutivo de recurso próprio, segundo a orientação emanada dos Tribunais Superiores (STF/STJ). Não conhecimento.
3. Na sentença de primeiro grau, transitada em julgado, reconhece o magistrado a existência de causa de diminuição de pena em favor da paciente no patamar de 1/6, mas não aplica na parte dispositiva do *decisum*. Erro material passível de correção.
4. Retificação da pena para ajustar ao fundamentos expostos no comando sentencial. Denegação da ordem à unanimidade.

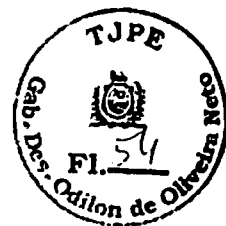


PODER JUDICIÁRIO

**GABINETE DO DESEMBARGADOR ODILON DE OLIVEIRA NETO**

Rua do Brum, nº 123, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE. CEP: 50030-260

Telefones: 3181-9508 / 3031-9509 / 3031-9510 / 3031-9511 / 3031-9512



**SEÇÃO CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL:** N.º  
0001874-84.2014.8.17.0000 (0327799-2)

**COMARCA DE ORIGEM:** 2ª VARA DE ENTORPECENTES DA CAPITAL

**IMPETRANTE/PACIENTE:** JAIDETE BISPO DA SILVA

**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 0327799-2 da 2ª Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, em que figura como impetrante e paciente a Sra. Jaidete Bispo da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **EM DENEGAR A ORDEM**, tudo consoante consta dos votos anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 24 de abril de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto  
Relator



37

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

W

**SEÇÃO CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL:** N.º  
0001874-84.2014.8.17.0000 (0327799-2)

**COMARCA DE ORIGEM:** 2ª VARA DE ENTORPECENTES DA CAPITAL

**IMPETRANTE/PACIENTE:** JAIDETE BISPO DA SILVA

**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**RELATÓRIO**

Verifico que se trata de ordem de habeas corpus substitutivo de revisão criminal impetrado por JAIDETE BISPO DA SILVA, em seu favor, no qual aponta como autoridade coatora o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara de Entorpecentes da Capital, em razão de ter sido condenada nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/06 à pena definitiva de 5 anos e 3 meses de reclusão.

A petição inicial foi acompanhada dos documentos de fls. 08/11.

Em pesquisa ao sítio informatizado deste Tribunal, vê-se que a sentença condenatória transitou em julgado em 21/09/2012.

Manifestação da Douta Procuradoria Geral de Justiça às fls. 28/32, pugnando preliminarmente pelo não conhecimento da presente revisão criminal, ao argumento de que não cabe *habeas corpus* como substitutivo de revisão criminal e que a hipótese dos autos não se enquadra na previsão legal contida no art. 621 do CPP, e no mérito, requer o improvimento do pedido revisional.

Merece destaque a situação pessoal da paciente: aduz que por falta de amparo, desde adolescente trabalha nas ruas e bares do Bairro do Recife como prostituta, mantendo ficha criminal incólume até o evento em questão.

Assim narra a inicial do presente writ: **"... que as escassas vagas da penitenciária devem ser ocupadas por criminosos realmente perigosos, e não por uma velha prostituta de 53 anos de idade que manteve ficha criminal imaculada até a data da condenação decorrente de uma ínfima quantidade de entorpecente"**.



38

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

W

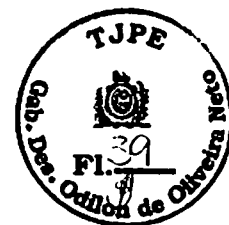
Durante a instrução, "a paciente confessou que pediu ao co-denunciado Wilsom Barbosa que vendesse uma única peteca de cocaína (1,2 gramas), que ela havia ganhado, minutos antes, de um antigo cliente."

Às fls. 34 dos autos consta informação atualizada da Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES) acerca da situação prisional da paciente, onde se constata que a mesma já cumpriu 3 anos 1 mês e 27 dias de reclusão.

É o sucinto relatório.

Recife, 24 DE ABRIL DE 2014

Des. Odilon de Oliveira Neto  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

## **SEÇÃO CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL:** N.º  
0001874-84.2014.8.17.0000 (0327799-2)

**COMARCA DE ORIGEM:** 2ª VARA DE ENTORPECENTES DA CAPITAL

**IMPETRANTE/PACIENTE:** JAIDETE BISPO DA SILVA

**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

## **VOTO**

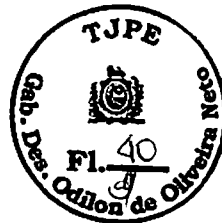
*Ab initio*, necessário se faz analisar a possibilidade de conhecer o presente writ como sucedâneo de revisão criminal.

Sob o presente enfoque, as Cortes Superiores, acompanhadas de grande parte dos Tribunais, têm entendido que o presente remédio constitucional não pode substituir o recurso pertinente ou revisão criminal.

Tal posição é fundada na definição dada ao *habeas corpus* pela Lei Maior, que não prevê a substituição almejada no seu inciso LXVII, do art. 5º. De outro lado, há entendimento que diante de flagrante ilegalidade, o julgador poderá, ainda que não conhecendo o remédio, afastar a ilegalidade latente *ex officio*.

Nesse sentido, leia-se os arestos colacionados:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. DESCABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO § 4º DO ART. 33 DA LEI 11.343/2006. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. - O **Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, passou a inadmitir habeas corpus substitutivo de recurso próprio, ressaltando, porém, a possibilidade de concessão da ordem de ofício nos casos de flagrante constrangimento ilegal.** - Os juízos de primeiro e segundo graus, com base nas provas produzidas nos autos, afastaram a causa de diminuição de pena do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006 por entenderem que o paciente faz parte de organização criminosa. Para se afastar essa conclusão é necessário o reexame aprofundado das provas, inviável em sede de habeas corpus. Precedentes: HC 172.717/RJ, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 24.4.2013; HC 206.142/SC, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 23.4.2013.



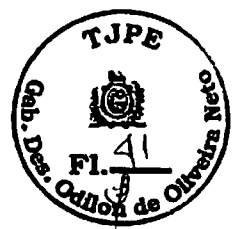
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Habeas corpus não conhecido. (STJ - HC: 238301 RJ 2012/0068958-1, Relator: Min. Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJSE), Data de Julgamento: 21/11/2013, 6ª Turma, Data de Publicação: DJe 10/12/2013, grifos nossos).

**Ementa:** PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. LATROCÍNIO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA OU BANDO QUALIFICADO. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. INOCORRÊNCIA. ERRO MATERIAL NA SOMA DAS PENAS APLICADAS. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO. RETIFICAÇÃO QUE NÃO OFENDE A COISA JULGADA - ORDEM CONCEDIDA.**

1. Não há que se falar em ausência de prova pré-constituída quando existem nos autos outros meios hábeis a demonstrar as alegações trazidas na inicial de impetração. 2. **Em que pese a ocorrência do trânsito em julgado, o flagrante erro material pode e deve ser corrigido a qualquer tempo, tendo em vista que tal correção não implica em análise profunda das provas tampouco implica em alteração do conteúdo material da sentença condenatória.** (HC 400420058171280 PE 0018540-68.2011.8.17.0000, TJPE, Seção Criminal, Des. Relator Marco Antonio Cabral Maggi, Julgamento: 09/02/2012)

**Ementa:** (...) REPRIMENDA. CONFISSÃO UTILIZADA PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA REDUTORA DO ART. 65 , III , D, DO CP . RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO QUE SE IMPÕEM. **COAÇÃO ILEGAL VERIFICADA. ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. CORREÇÃO DE OFÍCIO PELA VIA ELEITA.** 1. Se a confissão do agente é utilizada como fundamento para embasar a conclusão condenatória, a atenuante prevista no art. 65 , inciso III , alínea d , do CP , deve ser aplicada em seu favor, pouco importando se a admissão da prática do ilícito foi espontânea ou não, integral ou parcial, ou se houve retratação posterior em juízo. 2. **O erro material ou equívoco manifesto, quando não acarrete prejuízo ao condenado, é passível de ser corrigido de ofício a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da condenação. Inteligência do art. 463 , I , do CPC , aplicável subsidiariamente.** 3. Writ não conhecido, concedendo-se, entretanto, habeas corpus de ofício apenas para reconhecer presente a atenuante da confissão espontânea em favor do paciente e corrigir o erro material no dispositivo do acórdão impugnado, redimensionando a sua reprimenda para 13 (treze) anos de reclusão, mantidos os demais termos da sentença e do acórdão impugnados. (HC 171725/SP STJ, 2010/0082519-9, 5ª Turma, Relator Min. Jorge Mussi, DJe 22/08/2013 - 22/8/2013)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. LESÃO CORPORAL LEVE. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. ABANDONO MATERIAL. SENTENÇA FUNDAMENTADA. RÉU REVEL. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. ANÁLISE DO MÉRITO DA DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA DO HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. OBSERVÂNCIA DO CRITÉRIO TRIFÁSICO E DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO PARA A FIXAÇÃO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. JUSTA CAUSA PARA APLICAÇÃO DA PENA SUPERIOR AO MÍNIMO LEGAL. AUSÊNCIA DE EVIDENTE ABUSO OU ILEGALIDADE. **HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL NÃO CONHECIDO. ERRO DE CÁLCULO. CORREÇÃO DE OFÍCIO. DECISÃO UNÂNIME.**

I - Inexiste nulidade na sentença quando a mesma está suficientemente fundamentada, contendo todos os motivos que externaram o convencimento do magistrado para condenar o acusado.

II - Não há que se falar em ofensa ao contraditório e à ampla defesa ou prejuízo, quando o réu revel, teve sua defesa patrocinada por causídico nomeado pelo Juízo e este, participou ativamente dos atos processuais e ofertou alegações finais em favor daquele.

III - A apreciação da existência ou não de dolo específico para a caracterização do delito de abandono material (art. 244, CPB) e a discussão acerca do mérito da decisão são incompatíveis com a via estreita do habeas corpus, por demandarem a análise de todo o conjunto probatório havido nos autos originários, o que é impossível pela via do Writ. **É firme o entendimento jurisprudencial, no sentido de que somente é cabível o habeas corpus substitutivo de revisão criminal quando a sua apreciação não demandar a análise das circunstâncias fático-probatórias (Precedentes do STJ).**

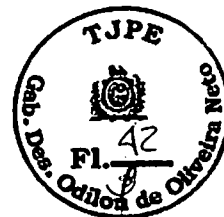
IV - Somente é admitida a revisão da pena imposta em situações excepcionais, quando constatado evidente abuso ou ilegalidade, o que não se infere haja vista que a reprimenda obedeceu aos critérios legais (trifásico) e constitucionais (Princípio da Individualização da Pena).

V - A existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis autorizam a fixação da sanção acima do mínimo legal.

VI - **Havendo erro de cálculo no somatório das penas impostas, esta deve ser reconhecida ex officio.**

VII - **Habeas corpus substitutivo de revisão criminal não conhecido. Correção de erro material de ofício. Decisão uníssona.** (Habeas Corpus Nº 0177295-0, Seção Criminal, Relator: Des. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO, Julgamento: 26/03/2009)

Ademais, a revisão criminal constitui instrumento excepcional, destinado à correção de abusos e erros judiciais, não se admitindo a sua



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

utilização para reabertura de exame sobre as questões já analisadas no curso da ação penal.

**A ordem de *habeas corpus* como substituto de revisão criminal somente pode ser concedida para modificar uma sentença transitada em julgado quando houver ilegalidade manifesta, facilmente constatada por meio de uma análise sumária dos autos, uma vez que o *writ* não se presta à incursão profunda em matéria fático-probatória.**

**No caso em apreço, vislumbro erro material latente, uma vez que pretende a requerente o ajuste da dosimetria da pena para aplicação do benefício já reconhecido na sentença em seu favor.**

Isto porque no *decisum* de fls. 08/11 assinala o MM Juiz *a quo* que **"A acusada JAIDETE não possui histórico criminal. (...) Tais motivos justificam a aplicação da pena-base pouco além da mínima, qual seja: 05 anos e 03 meses (para todos os réus)"**, e ainda, **"Os réus (....) e JAIDETE confessaram espontaneamente a prática do crime de tráfico de drogas (art. 65, III, "d", do CP)"**, bem como **"A existência de atenuante implica na redução da pena dos réus em 03 meses"**.

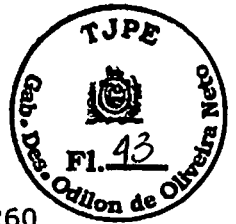
Por fim, na terceira fase da dosimetria da pena, se pronuncia o magistrado singular quanto à existência de causa de diminuição de pena que milita em favor da acusada, o que fez nos seguintes termos: **"Reconheço a existência da causa de diminuição prevista no §3º, do art. 34 da Lei de Drogas, pelo que reduzo a pena em 1/6, somente em relação à ré JAIDETE"**. Entretanto, quando da fixação da pena definitiva, estipulou com relação à ora requerente a **pena definitiva de 05 anos de reclusão**.

Com relação à capitulação da causa de diminuição de pena reconhecida em favor da ré, equivocou-se a decisão hostilizada, posto que não há § 3º do art. 34 da Lei de Drogas. Ocorre, sim, que o § 4º do art. 33 da referida lei prevê a possibilidade de redução de pena reconhecida pelo magistrado singular, *in verbis*:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

(...)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

**Ainda com relação ao benefício legal, impende destacar que a concessão do referido benefício trata-se de um imperativo legal, que confere um direito subjetivo ao réu, preenchidos os requisitos estampados no dispositivo em referência, e não de uma faculdade do julgador.**

**Por tais razões, entendo que a sentença de primeiro grau contém erro material a merecer a sanatória pela presente via, mesmo porque tal equívoco material deve ser corrigido a qualquer tempo, inclusive de ofício, por não representar a vontade julgadora do Estado-Juiz.**

**Assim, aplico a causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06 na fração de reconhecida na sentença de 1º grau, tornando a reprimenda definitiva em 4 anos e 2 meses de reclusão.**

Dito isto, em consulta ao sítio informatizado da Secretaria Executiva de Ressocialização – SERES, constatei que a paciente encontra-se recolhida na Colônia Penal Feminina do Recife há 3 anos 1 mês e 27 dias, conforme documento anexo às fls. 34 dos autos, sendo esta informação relevante para a análise do direito à progressão de regime em favor da paciente.

**Neste contexto, voto pela denegação da ordem de habeas corpus, mas, de ofício, retifico a pena imposta a ré Jaidete Bispo da Silva para 4 anos e 2 meses de reclusão, devendo ser comunicada esta decisão ao Juízo das Execuções Penais.**

Recife, 24 de abril de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto  
Relator